

Itamaraty quer manter embaixadora nos EUA

Casa Branca revogou o visto da diplomata Maria Luiza Viotti

/ DIPLOMACIA

O governo brasileiro pretende manter a embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, Maria Luiza Viotti, em Washington mesmo após a revogação de seu visto anunciada pelo Departamento de Estado na quarta-feira. A avaliação no Palácio do Planalto é que a medida tem caráter sobretudo político e simbólico e, por enquanto, não impede que a diplomata continue exercendo suas funções.

Na interpretação de integrantes do governo brasileiro, o visto de Viotti não foi propriamente cancelado. O que mudou foi a autorização para múltiplas entradas no país. Com a decisão norte-americana, a embaixadora poderá permanecer nos Estados Unidos normalmente, mas, caso deixe o território americano, terá de solicitar um novo visto para retornar.

Segundo um porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Viotti não foi declarada “persona non grata”. A medida foi classificada pelo governo norte-americano de ação recíproca e, por isso, a embaixadora só precisará de um novo visto se deixar os EUA.

O porta-voz afirmou ainda que Washington manteve comunicação contínua com o governo brasileiro durante semanas e deu “todas as oportunidades para fazer a coisa certa”. Segundo ele, o governo Lula continuou adiando e dificultando o processo de concessão do agrément - o aval diplo-



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

Embaixadora está no centro de nova crise entre os países

mático necessário para que Daniel Perez, indicado por Donald Trump para a embaixada dos EUA no Brasil, possa assumir o cargo.

Integrantes do governo brasileiro, porém, contestam essa versão. Aliados do Planalto afirmam que não houve negociações entre os dois governos sobre a concessão do agrément e rejeitam a afirmação de que o Brasil tenha criado obstáculos ao processo.

Segundo interlocutores do governo, antes mesmo do anúncio público do Departamento de Estado, a embaixadora já havia sido informada de que estava em estudo uma medida que desagradaria ao Brasil. A leitura no Planalto é que a restrição ao visto não altera sua condição de representante oficial do Brasil nem inviabiliza o funcionamento da embaixada.

Viotti é embaixadora do Bra-

sil nos EUA desde 2023, quando entregou suas credenciais ao então presidente Joe Biden.

Apesar da pressão norte-americana, a tendência no governo é evitar uma resposta imediata. Interlocutores afirmam que a Lei da Reciprocidade continua sendo uma possibilidade, mas avaliam que é cedo para definir quais medidas poderiam ser adotadas. A orientação, neste momento, é avaliar os próximos movimentos de Washington antes de decidir sobre uma eventual reação diplomática.

Em meio à crise, presidente Lula afirmou na quarta-feira que pretende conversar com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para defender uma reunião entre os líderes das principais potências em busca de uma saída negociada para os conflitos internacionais.

Negociações entre Irã e Omã sobre Ormuz chegam em momento decisivo

/ ORIENTE MÉDIO

Irã e Omã chegaram na quarta-feira, à “fase final” de um acordo para a criação de uma nova rota pela qual navios navegarão no Estreito de Ormuz. No entanto, Teerã condicionou a reabertura da via marítima ao fim do bloqueio norte-americano aos portos iranianos.

O estreito fica entre as águas territoriais de Teerã e Mascate. O Irã fica ao norte da passagem marítima, enquanto a Península de Musandam, que pertence a Omã, fica ao sul. Desde o início do conflito no Oriente Médio, em fevereiro, o estreito enfrenta restrições à navegação após um bloqueio iraniano imposto em resposta a ataques americanos.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, afirmou na quarta-feira que o acordo entre os dois países sobre o estreito está na “fase final” de elaboração. Segundo ele, Teerã e Mascate emitirão uma “declaração conjunta” se “certas partes não obstruírem esse processo”, em referência aos Estados Unidos.

Em entrevista à agência de notícias iraniana Irna, o vice-ministro das Relações Exteriores do Irã para Assuntos Jurídicos e Internacionais, Kazem Gharibabadi, disse que o acordo não significa a abertura completa de Ormuz, mas a criação de um modelo diferente das práticas adotadas nos últimos 60 anos, que permitirá que uma parcela significativa das embarcações passe por águas territoriais iranianas.

“Não aceitaremos qualquer interferência estrangeira no Es-

treito de Ormuz. Com a implementação do novo entendimento, as outras rotas temporárias atualmente existentes no estreito serão fechadas”, afirmou.

Segundo Gharibabadi, a nova rota negociada com Omã seria inicialmente temporária e poderia funcionar por dois a quatro meses, com possibilidade de extensão. Ele afirmou que o novo acordo foi pensado para permitir que a rota permanecesse ativa por mais tempo, diante da incerteza sobre as condições futuras.

Questionado sobre possíveis cobranças de taxas para navios que naveguem por Ormuz, o vice-ministro afirmou que a decisão depende das autoridades superiores iranianas e da definição sobre a reabertura ou não do estreito.

Segundo ele, no memorando de entendimento assinado com os EUA em junho, o Irã concordou em não cobrar tarifas durante 60 dias. No entanto, Gharibabadi disse que discutir como esse período seria contabilizado ou outros detalhes sobre possíveis cobranças não é um assunto “pertinente” neste momento, porque Teerã não está “em um período de entendimento e negociações com os EUA”.

“Se esse entendimento entre Irã e Omã for alcançado, todos esperam que ele entre em vigor”, acrescentou.

Funcionários regionais ouvidos pela Associated Press, sob condição de anonimato, afirmaram que a minuta do acordo foi finalizada por negociadores iranianos e omanenses e aguarda a aprovação do líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei.

Especialistas da ONU pedem medidas para evitar Gaza silenciosa em Cuba

/ DIREITOS HUMANOS

Especialistas em direitos humanos das Nações Unidas (ONU) condenaram, nesta quinta-feira, as recentes medidas tomadas pelos Estados Unidos contra Cuba e pediram à comunidade internacional que atue rapidamente para evitar que uma “Gaza silenciosa” venha a se formar na ilha.

“Os alimentos nunca devem ser usados como instrumento de pressão política. Medidas que, conscientemente, privam uma população dos meios de sobrevivência atentam contra as garantias mais básicas do direito à vida e prejudicam a essência da

dignidade humana”, afirmaram os especialistas.

No início desta semana, o presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, emitiu uma forte condenação ao embargo petrolífero de Washington e ao endurecimento das sanções, classificando a política do governo do presidente norte-americano, Donald Trump, como “genocídio político”.

Ele pediu o fim das sanções e do bloqueio petrolífero contra a ilha e agradeceu aos grupos internacionais que enviaram ajuda humanitária e suprimentos. “Que Cuba viva em paz, e que também vivam em paz os mais nobres do povo norte-americano, que histori-

camente lutaram pelos direitos humanos de outros povos, sem esperar reconhecimento e muitas vezes enfrentando perseguição, prisão e riscos à própria vida”, disse ele.

A crise econômica na ilha levou várias empresas internacionais, especialmente nos setores de turismo e financeiro, a encerrarem operações em Cuba. Além de apagões, o esgotamento do estoque de combustível provocou falhas na rede elétrica. O transporte público do país também ficou paralisado e o ano letivo foi encurtado por falta de combustível.

Washington culpa o governo cubano pela má gestão econômica e pela falta de investimento.



YAMIL LAGE/AFP/JC

Falta de combustível provocou falhas na rede elétrica